



Porquê Educação não-Formal no SOMOS?

Sérgio Xavier | Gabinete do Vereador João Afonso – Câmara Municipal de Lisboa

“A Educação não-Formal é potencialmente mais favorável para educar para os Direitos Humanos.”

In **COMPASS** – Manual for human rights education with young people – **Conselho da Europa**

Aprendizagem Formal, não-Formal e Informal – uma comparação

A aprendizagem de Direitos Humanos, Direitos Sociais e Cidadania Democrática pode acontecer, sumariamente, de três formas:

- **Aprendizagem Informal** – de forma **não planeada e por acaso**. Por exemplo, durante uma conversa espontânea com pessoas próximas, ou num almoço com colegas de trabalho.
- **Aprendizagem Formal** – de forma **planeada e mediante um currículo definido**. Por exemplo ao fazer um exercício durante uma aula de Estudo do Meio, ou a ler um texto recomendado numa aula de História.
- **Aprendizagem não-Formal** – de forma **planeada e sem hierarquia curricular**. Por exemplo, durante uma formação em Direitos Humanos promovida por uma organização não-governamental, ou numa simulação experienciada durante um intercâmbio juvenil.

Apresenta-se de seguida um possível quadro comparativo¹ entre as referidas formas de aprendizagem, embora as diferenças sejam ténues em determinados contextos e sob determinadas perspectivas:

	Aprendizagens Informais	Aprendizagens Formais	Aprendizagens não-Formais
Intencionalidade	Não Intencionais	Intencionais	Intencionais
Processo	Não metódico e não sistemático	Metódico e sistemático	Metódico e sistemático

¹ Com base na tese “Educação não-Formal - um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal”, Luis Miguel Castanheira Santos Pinto, ISCTE, 2007.

Porquê Educação não-Formal no SOMOS?

Sérgio Xavier | Gabinete do Vereador João Afonso – Câmara Municipal de Lisboa



Abordagem metodológica	Sem princípios orientadores	Princípios de Educação Formal	Princípios de Educação não-Formal
Objectivos de aprendizagem	Não explícitos	Explícitos	Explícitos
Duração	Ao longo da vida	Limitadas no tempo	Limitadas no tempo
Universalidade	Com todas as pessoas	Com grupos-alvo específicos e em momentos determinados	Com grupos-alvo específicos e em momentos determinados
Instituição	Não institucionalizadas	Altamente institucionalizadas	Possibilidade de serem institucionalizadas
Estruturação	Não Estruturadas	Estruturadas	Estruturadas
Reconhecimento / certificação	Não conduzem, geralmente, a certificados formais	Conduzem a diplomas e qualificações reconhecidos	Não conduzem, necessariamente, a certificados formais
Quadro Curricular	Objectivos de aprendizagem não definidos	Objectivos de aprendizagem definidos por terceiros, de forma hierárquica	Objectivos de aprendizagem definidos em conjunto com aprendentes
Espaços	Qualquer espaço.	Escolas	Organizações

Educação Formal e Educação Informal – Abordagens diferentes

Um dos aspectos mais diferenciadores entre a Educação Formal (EF) e a Educação não-Formal (ENF) é a sua abordagem pedagógica e metodológica. Os **diferentes princípios que pautam estas abordagens** sistematizam-se no seguinte quadro:

	Educação Formal	Educação não-Formal
Hierarquia	Hierarquia curricular (o aprendente não participa na definição do seu currículo)	Não-hierarquia (o aprendente define os objectivos dos processos de aprendizagem em conjunto com os promotores e educadores.)

Relação entre pares	Competitiva – o aluno com melhor nota é “melhor” do que aquele com pior nota.	Cooperativa – não existem notas, nem “melhores” ou “piores” alunos”. É favorecida a aprendizagem holística.
Participação	A participação activa dos aprendentes não é, em geral, considerada nos processos educativos	A participação activa dos aprendentes é essencial e influencia os processos educativos. Espírito crítico matéria prima
Flexibilidade	O programa e currículo estabelecidos são iguais para todos os alunos e não são flexíveis .	O programa estabelecidos pode ser flexibilizado em função das necessidades de aprendizagem dos aprendentes.
Orientação da aprendizagem	O educador orienta a aprendizagem dos aprendentes.	Os aprendentes assumem, progressivamente, responsabilidade e auto-orientação no seu processo de aprendizagem.
Voluntariedade	A participação nos processos é obrigatória .	A participação nos processos é voluntária .
Conteúdos	Curriculares, em função de um quadro de metas estabelecido a nível institucional .	Definidos em função de um quadro de competências estabelecido pela comunidade aprendente .
Inclusibilidade	A especificidade do processo é desenhada em função do “aprendente médio” .	A especificidade do processo é desenhada em função das necessidades de todos os aprendentes envolvidos.

Competências para os Direitos Sociais, Direitos Humanos e Democracia

Podemos caracterizar uma competência através de 3 domínios: **conhecimentos** (cognitivo), **capacidades** (prático) e **atitudes** (comportamental, também associadas aos **valores**):



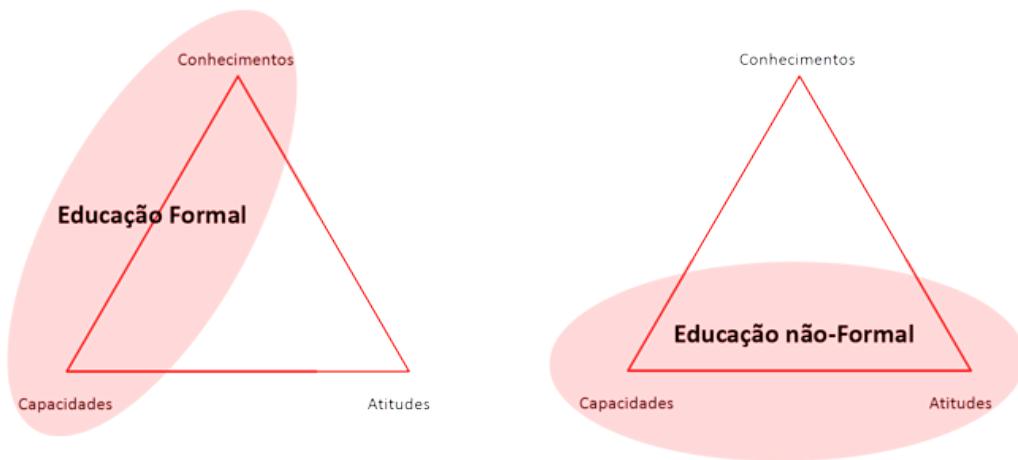
No seguinte quadro apresentam-se **exemplos de competências relativas aos Direitos Sociais, Direitos Humanos e cidadania democrática**, em cada um dos 3 domínios ilustrados.

Direitos Sociais	<p>Conhecimentos: Conhecimento dos Direitos patentes na Constituição da República Portuguesa.</p> <p>Capacidades: Capacidade para exigir o acesso/usufruto de um direito social.</p> <p>Atitudes: Sentido crítico relativamente à informação publicada nos <i>media</i>.</p>
Direitos Humanos	<p>Conhecimentos: Conhecimento dos Direitos patentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>Capacidades: Capacidade para desconstruir activamente estereótipos de género.</p> <p>Atitudes: Sentido de responsabilidade na intervenção em situações de discriminação étnica de terceiros.</p>
Cidadania Democrática	<p>Conhecimentos: Conhecimento do funcionamento regimental da Assembleia Municipal de Lisboa, na óptica do cidadão.</p> <p>Capacidades: Capacidade para conceptualizar e comunicar a terceiros um projecto sobre participação a nível local.</p>

	Atitudes: Propensão para participar nos processos públicos de tomada de decisão a nível local.
--	---

Geralmente, nos contextos de **Educação Formal**, mais focados numa estrutura curricular e de progressão individual, existem condições favoráveis para a **aquisição de conhecimentos e capacidades profissionais, focadas no desempenho técnico**.

Geralmente, em processos de **Educação não-Formal**, mais focados na aprendizagem experiencial e na interacção com os/as outros/as, existem condições favoráveis para o **desenvolvimento de atitudes e capacidades sociais/interpessoais**.



A aprendizagem experiencial, abordada no próximo ponto, é um dos principais elementos diferenciadores das competências adquiridas segundo processos de Educação Formal e processos de Educação não-Formal.

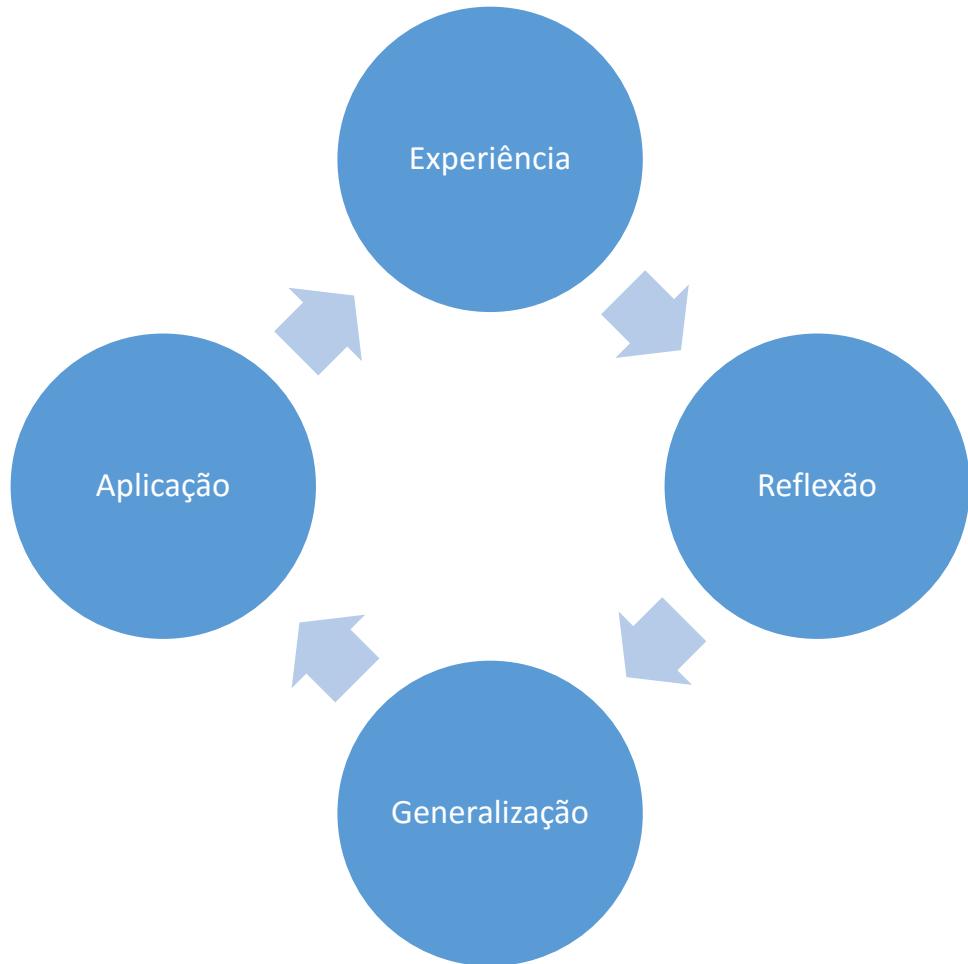
A Aprendizagem Experiencial e a Educação não-Formal – as cumplicidades

“As coisas que temos que aprender antes de as conseguir fazer, aprendemo-las fazendo-as.”
Aristóteles

Os princípios da ENF conferem-lhe uma extraordinária compatibilidade com a Teoria da Aprendizagem Experiencial de David Kolb², onde factores como a auto-iniciativa do aprendente e a intencionalidade na aprendizagem são importantes para a eficiência dos processos pedagógicos.

² Kolb, D. (1984). *Experiential Learning: experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

O modelo da aprendizagem experiential de Kolb sintetiza-se da seguinte forma:



Após uma experiência específica, é desencadeada uma reflexão (e.g. o que é que aconteceu? Porque é que aconteceu?) que culmina na generalização das conclusões (e.g. em que outras situações é que esta aprendizagem se aplica?). Só após esta fase de reflexão e conceptualização é que as aprendizagens desenvolvidas são aplicadas.

[**A Problemática do Reconhecimento ENF – um obstáculo assinalável**](#)

A generalidade dos cidadãos portugueses ainda desconhece o significado da expressão “Educação não-Formal” (ENF), desconhecendo também a sua pertinência.

Por um lado, as múltiplas e diversas manifestações que a ENF tem no país nem sempre são visíveis, identificáveis ou mapeáveis. Por outro lado, não existe uma oferta significativa de oportunidades para aprender em contextos de ENF e existe um caminho considerável a percorrer para a integração da ENF na agenda da Educação em Portugal.

O facto de não existir um entendimento claro e comum da ENF é preocupante, considerando que a ENF continua a ser uma abordagem educativa internacionalmente reconhecida como vantajosa para o desenvolvimento de competências sociais, nomeadamente no domínio da cidadania democrática ou dos Direitos Humanos, sendo também uma poderosa ferramenta para a inclusão social.

O desafio do reconhecimento do valor da ENF está intimamente ligado a um outro - o reconhecimento da aprendizagem não-formal (ANF), ou seja, o reconhecimento das competências adquiridas/desenvolvidas através de processos de ENF.

A complexidade inerente aos métodos de avaliação e de diagnóstico de resultados dos processos desenvolvidos por meio da ENF, dificulta o reconhecimento da aprendizagem a diversos níveis (individual, social, político) e também a sua visibilidade e o seu entendimento.

No documento de trabalho “Pathways 2.0 - towards recognition of non-formal learning/education and of youth work in Europe” (parceria da Comissão Europeia e do Conselho da Europa no domínio da Juventude) é proposta a seguinte distinção entre as diferentes formas de reconhecimento da ANF:

- **Auto-reconhecimento** – significa o diagnóstico feito pelo indivíduo relativamente aos seus resultados de aprendizagem e à capacidade de usar estes resultados de aprendizagem noutras domínios.
- **Reconhecimento social** – significa que os atores sociais têm conhecimento do valor das competências adquiridas em contextos não-formais e do trabalho desenvolvido nestas actividades, incluindo o valor das organizações dedicadas a este trabalho;
- **Reconhecimento político** – significa o reconhecimento da ENF na legislação e/ou a inclusão da ANF/ENF nas estratégias políticas, e o envolvimento dos promotores de ANF nestas estratégias;
- **Reconhecimento formal** – significa a ‘validação’ dos resultados de aprendizagem e a ‘certificação’ de um processo de aprendizagem e/ou destes resultados, através da produção de certificados ou diplomas que reconheçam formalmente o que foi alcançado por um indivíduo.

Estas quatro dimensões sistematizam muitos dos obstáculos ao reconhecimento da ENF e deverão ser levados em consideração em qualquer processo de desenvolvimento de ENF no contexto português.

Porquê Educação não-Formal?

Considerando que:

- A importância da **dimensão das atitudes** nas competências para os Direitos Sociais, Direitos Humanos e Democracia é crucial para a prática de valores e para o desenvolvimento de sociedades promotoras e protectoras dos Direitos dos cidadãos;
- A **aprendizagem experiencial** é uma teoria pedagógica que sistematiza o processo de **desenvolvimento de atitudes e valores**;
- Os princípios de **Educação não-Formal** estabelecem um ambiente pedagógico **propício para a aprendizagem experiencial**;
- A **Educação não-Formal** em Portugal (e no contexto Global) enfrenta **desafios de reconhecimento** que obstam ao seu desenvolvimento no seio das instituições e organizações.

Entende-se o desenvolvimento da ENF e da sua qualidade em Lisboa como prioritários, nomeadamente nos sectores da EDS, EDH e ECD, num contributo para o reconhecimento do seu valor a nível político, social, individual e formal.

Ainda assim, estas prioridades não são suficientes para um quadro abrangente de aprendizagem e o sistema formal de educação deverá acompanhar o desenvolvimento da ENF, providenciando respostas complementares.